

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
1. Decreto Comitê Gestor da Rede Nacional de compras	x	-	-	x	x	<u>DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021</u> Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2. Decreto de bens de consumo comum e de luxo	x	x	x	x	x	<u>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021</u> Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
3. Portaria sobre Governança das contratações públicas	x	x	x	x	x	<u>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
4. Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA DE PESSOAL Nº 9.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021</u> Designa os membros titulares do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. (revogada pela Portaria ME nº 15.496, de 2021 – linha 12 desta tabela)
5. Instrução Normativa de Pesquisa de Preços	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
6. Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
						de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	
7.	Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta	x	-	-	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021</u> Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Instrução Normativa nº 91, de 2022 – linha 26 desta tabela)
8.	Instrução Normativa de designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta	x	-	-	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021</u> Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Instrução Normativa nº 90, de 16 de dezembro de 2022)
9.	Alteração da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020	x	-	-	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA AUTOR/ME Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
10.	Decreto de adequação do CIPI	-	-	-	-	-	<u>DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
11.	Instrução Normativa sobre a participação de pessoa física nas contratações públicas	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
12.	Nova Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.
13.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	<u>DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos. (revogado pelo Decreto nº 11.317, de 2022 – linha 30 desta tabela)
14.	Decreto de procedimento especial para consultas públicas para regulamentação da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	<u>DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022</u> Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
15.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 538, DE 18 DE JANEIRO DE 2022</u> Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
16.	Decreto do plano de contratações anual e PGC	x	x	x	x	x	<u>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022</u> Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
17.	Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras	x	x	x	x	x	<u>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
18.	Instrução Normativa sobre multa administrativa	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022</u> Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.
19.	Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022</u> Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
20.	Portaria normas complementares ao Decreto nº 13.193, de 2019	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022</u> Estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
21.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
22. Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos	x	x	x	x	x	<u>DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022</u> Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
23. Instrução Normativa de Ordem Cronológica de Pagamentos	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
24. Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 12.663, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022</u> Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
25. Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
26. Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta	x	-	-	-	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
27.	Instrução Normativa sobre o critério julgamento pelo maior retorno econômico	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
28.	Instrução Normativa que autoriza a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 2017, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços	x	-	-	-	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
29.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	-	x	PORTARIA DE PESSOAL SE/ME Nº 14.542, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021
30.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	-	x	DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
31.	Orientações sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA	x	-	-	-	x	Orientação e Procedimento nº 37 - sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA Publicado no Portal de Compras do Governo Federal
32.	Instrução Normativa sobre Locação de imóveis	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
33.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	-	x	PORTARIA DE PESSOAL/MGI Nº 592, DE 31 DE JANEIRO DE 2023 Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
34.	Instrução Normativa que estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 2021	x	-	-	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2023 Estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
35.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por técnica e preço	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
36.	Convênios e contratos de repasse (decreto)	x	x	x	x		Em andamento – enviado para Casa Civil da Presidência da República. Observação: Iniciativa está sob a alçada de competência do Departamento de Transferências da União desta Seges.
37.	Decreto sobre o Leilão Eletrônico	x	x	x	x		Em andamento – retornado à Seges para anuência em virtude da troca de titulares da Pasta. Processos SEI 19973.101177/2022-77.
38.	Decreto de cota para mulheres vítimas de violência doméstica	x	x	x	x		Em andamento – retornado à Seges para anuência em virtude da troca de titulares da Pasta. Processo SEI 19973.108375/2022-61
39.	Portaria que fixa limites de valor para despesas por suprimento de fundos	x	-	-	x		Em andamento – nova análise e manifestação das unidades envolvidas. Processo SEI 19973.100542/2020-64
40.	Decreto SRP	x	x	x	x		Em andamento – em nova avaliação jurídica pela Consultoria Jurídica MGI. Processo SEI 19973.108728/2022-23
41.	Decreto de bens móveis inservíveis	x	x	x			Em andamento – prontificação da nova versão da minuta para fins de envio à manifestação da Consultoria Jurídica MGI. Processo SEI 19973.108889/2022-17.
42.	Decreto do Cartão de Pagamento do Governo Federal	x	x	x			Em andamento – consolidação das contribuições recebidas na Consulta Pública. Processo SEI 19973.100028/2023-71.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
43.	Decreto de forma eletrônica de celebração de contratos e termos aditivos	x	x				Em andamento – em consulta pública - https://www.gov.br/participamaisbrasil/decreto-sistema-contratos . Processo SEI 19973.100260/2023-18.
44.	Caderno do Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) Custos indiretos	x					Em andamento – em validação final para fins de disponibilização em consulta pública.
45.	Instrução Normativa sobre o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico	x					Em andamento – em validação final para fins de disponibilização em consulta pública. Processo SEI 19973.100979/2023-41
46.	Instrução Normativa de Serviços	x					Em elaboração pela equipe técnica.
47.	Credenciamento	x					Em elaboração pela equipe técnica.
48.	Custos indiretos	x					Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021. Observação: via Caderno PLS, conforme prevê o inciso II do art. 8º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021
49.	Gestão de bens móveis	x					Em elaboração pela equipe técnica.
50.	Decreto de Sanções	x					Em elaboração pela equipe técnica.
51.	Pesquisa de preços (acesso a notas fiscais eletrônicas)						Regulamentação via Decreto – inciso V do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
52.	Pré-qualificação						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.
53.	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput do art. 81 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023**

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
54. Recebimento provisório e definitivo						<p>Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Observação: regulamento ou contrato pode prever as regras e condições para a recebimentos provisório e definitivo.</p> <p><i>“Art. 140 (...) § 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.”</i></p>
Ato dependente de alteração legislativa						
55. Registro cadastral Unificado						<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos considerando a empresa estrangeira - art. 52 e parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, com provável expedição de caderno procedimentalizando as atividades. • Habilitação por processo eletrônico de comunicação à distância - § 2º art. 65 e § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021. • Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações - §§ 4º e 5º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021 <p>Observação: Regulamentação dependente de alteração legislativa - PL 249/2022, em que teve atuação do Ministério da Economia, representado pela Secretaria de Gestão.</p> <p>https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2314510</p>
Atos não essenciais para a para garantir a eficácia da Lei nº 14.133, de 2021						
56. Subcontratação						<p>Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
						<p>Observação: regulamento ou edital pode prever as regras e condições para a subcontratação. “Art. 122 (...)” § 2º <u>Regulamento</u> ou <u>edital de licitação</u> poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.”</p>
57.	Procedimentos para verificação de ocorrência de motivos para extinção do contrato					<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021. Observação: não há exigência da expedição de regulamentação para que seja operacionalizada a Lei nº 14.133, de 2022. Tal regra será expedida caso haja necessidade de padronização, a qual será verificada após as regulamentações essenciais sobre a formalização e gestão dos contratos administrativos. “Art. 137 (...)” § 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.”</p>
58.	Remuneração variável					<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
59.	Gestão contratual compartilhada com a sociedade					<p>Regulamentação via Decreto - § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
60.	Diálogo competitivo					<p>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
61.	Margens de preferência					<p>Regulamentação via Decreto (bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) – inciso II do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021. Regulamentação via Decreto (manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de</p>

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
						desenvolvimento e inovação tecnológica no País) – § 2º do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
62.	Integração de portal privado com o PNCP					Regulamentação via Decreto (integração com PNCP com sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado) - § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021.

Competência conjunta com outros órgãos regulamentadores

Ato	Observações
1. Pesquisa de preços (obras e serviços de engenharia)	Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021. Em elaboração pela equipe técnica. Observação: Após a prontificação da primeira minuta, esta será encaminhada para avaliação do órgão regulamentador competente.
2. Cota para oriundos e egressos do sistema prisional	Ministério da Justiça Regulamentação via Decreto – inciso II do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Ações de equidade de gênero, como critério de desempate	Regulamentação via Decreto – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. Gestão de riscos e controle preventivo	Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021.

Competência de outros órgãos regulamentadores

1. Contratações de repartições públicas no exterior	Competência Ministério das Relações Exteriores Regulamentação via Decreto - § 2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Contratações relativas à gestão de reservas internacionais	Competência Banco Central do Brasil Regulamentação via ato do Banco Central do Brasil - § 5º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 09/02/2023

3.	Decreto BIM	<p>Competência Ministério da Infraestrutura <u>Regulamentação via Decreto</u> – § 3º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
4.	Programa de integridade	<p>Competência da Controladora-Geral da União Art. 25, § 4º; Art. 60, III <u>Regulamentação via Decreto</u> (obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nas contratações de grande vulto – § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 <u>Regulamentação via ato dos órgãos de controle</u> (desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade em caso de empate) – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
5.	Sanção	<p>Competência dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública <u>Regulamentação via Decreto</u> - inciso II do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
6.	Dispensa de licitação para produtos de P&D para obras e serviços de engenharia	<p>Competência Ministério da Infraestrutura Art. 72, § 5º <u>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</u> – não há indicação de edição de ato regulamentador, apenas regulamentação específica, no art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
7.	Gestão estratégica das contratações de <i>software</i>	<p>Competência SGD (art. 43) <u>Regulamentação via Decreto</u> – § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>